

**2017**

**Gestão de Instituição de Educação:  
Infraestrutura e outras exigências essenciais**



PE. VALDECIR UVEDA

# SUMÁRIO

Objetivos.....	2
Geral .....	2
Pedagógico .....	2
Infraestrutura e Administrativo .....	2
Metodologia .....	3
Breve Panorama do Ensino Superior no Brasil .....	4
Tipologia das Instituições de Educação Superior no Brasil .....	6
Alguns Dados da Educação Superior 2014 .....	7
Regimento Institucional.....	9
Instância do Regimento .....	9
Plano de Desenvolvimento Institucional.....	11
Abrangência do PDI .....	11
Eixos Temáticos Essenciais do PDI .....	12
I. Perfil Institucional.....	12
II. Projeto Pedagógico Institucional – PPI .....	12
III. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (Presencial e a Distância) .....	12
IV. Perfil do Corpo Docente.....	13
V. Organização Administrativa da IES.....	13
VI. Políticas de Atendimento aos Discentes .....	13
VII. Infraestrutura.....	13
VIII. Avaliação e acompanhamento do Desenvolvimento Institucional.....	14
IX. Aspectos Financeiros e Orçamentários.....	14
X. Anexos .....	14
Organograma da FAPCOM.....	14
Organização Acadêmica .....	15
Principais Dispositivos Regulamentadores .....	15
Exemplo de variações na legislação educacional.....	16
Plano Pedagógico de Curso – PPC.....	16
Eixos temáticos do Plano Pedagógico de Curso - PPC.....	17
Infraestrutura e Administrativo .....	19
Categorias e Subcategorias do Conceito Preliminar de Curso (CPC) .....	19
Infraestrutura Física.....	20
Biblioteca .....	20
Laboratórios e estúdios .....	21
Equipamentos .....	22
Gestão Institucional .....	22
Avaliação Institucional .....	23
Bibliografia .....	25

## Objetivos

### GERAL

Refletir sobre as possibilidades de modelos organizacionais educacionais atuais, a natureza das relações com o Estado e Ministério da Educação, a elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e infraestrutura necessária, a fim de contribuir com a Comissão dos Centros de Estudos Paulinos na elaboração das políticas e práticas para essa linha diretiva apostólica.

### PEDAGÓGICO

Pensar elementos fundamentais na elaboração de Projeto Pedagógico de Curso e implantação de metodologias e modelos práticos, de acordo com os requisitos legais e as necessidades do mundo do trabalho.

### INFRAESTRUTURA E ADMINISTRATIVO

Indicar itens de infraestrutura e administração essenciais no planejamento, tendo em vista o bom funcionamento do Centro de Estudos, bem como, ponderar sobre as exigências do segmento específico, legais e institucionais.

17 de fevereiro de 2017

## Metodologia

A proposta tem como método apresentar os itens, discutir acerca do entendimento e abrir breve reflexão em grupo.

Para isso serão sintetizados os eixos nos temas principais:

1. Breve Panorama do **Ensino Superior no Brasil**:
  - Estrutura do sistema de educação
  - Tipologia das Instituições de educação
  - Alguns dados da educação superior 2014
  
2. Itens do objetivo **Geral**:
  - Regimento Institucional
  - Instância do Regimento
  - Plano de Desenvolvimento Institucional
  - Eixos temáticos do PDI
  - Organograma da FAPCOM
  
3. Itens do objetivo **Acadêmico**:
  - Organização Acadêmica
  - Principais dispositivos regulamentadores
  - Exemplos de variação na legislação educacional
  - Plano Pedagógico de Curso – PPC
  - Eixos temáticos do Plano Pedagógico de Curso – PPC
  
4. Itens do objetivo **Infraestrutura e Administrativo**:
  - Infraestrutura física
  - Biblioteca
  - Laboratórios e Estúdios
  - Equipamentos
  - Gestão Institucional
  - Avaliação Institucional

# BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

## Breve Panorama do Ensino Superior no Brasil

A educação superior no Brasil compreende um grande sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo os níveis de ensino: graduação e a pós-graduação lato e stricto sensu.

No Brasil o ensino superior é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Três são os tipos de graduação que o candidato pode optar: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Já os cursos de pós-graduação estão divididos entre lato sensu (especializações e MBAs) e strictu sensu (mestrados e doutorados).

Existe a forma presencial, na qual o aluno deve ter frequência em pelo menos 75% das aulas e avaliações, mas também existe a forma de ensino a distância (Educação a distância - EAD). Nesta modalidade a presença em sala de aula é necessária, o aluno faz o estudo por meio de livros, apostilas e com o apoio da internet. Outra modalidade possível é a semipresencial, onde o aluno tem aulas em sala e também a distância.

O órgão responsável por exigir o cumprimento da legislação educacional é a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), a fim de garantir a qualidade dos cursos superiores do País.

O índice de qualidade dos cursos de graduação no País, é medido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC), que utilizam o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgando-o anualmente após a publicação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

# BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

## Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro

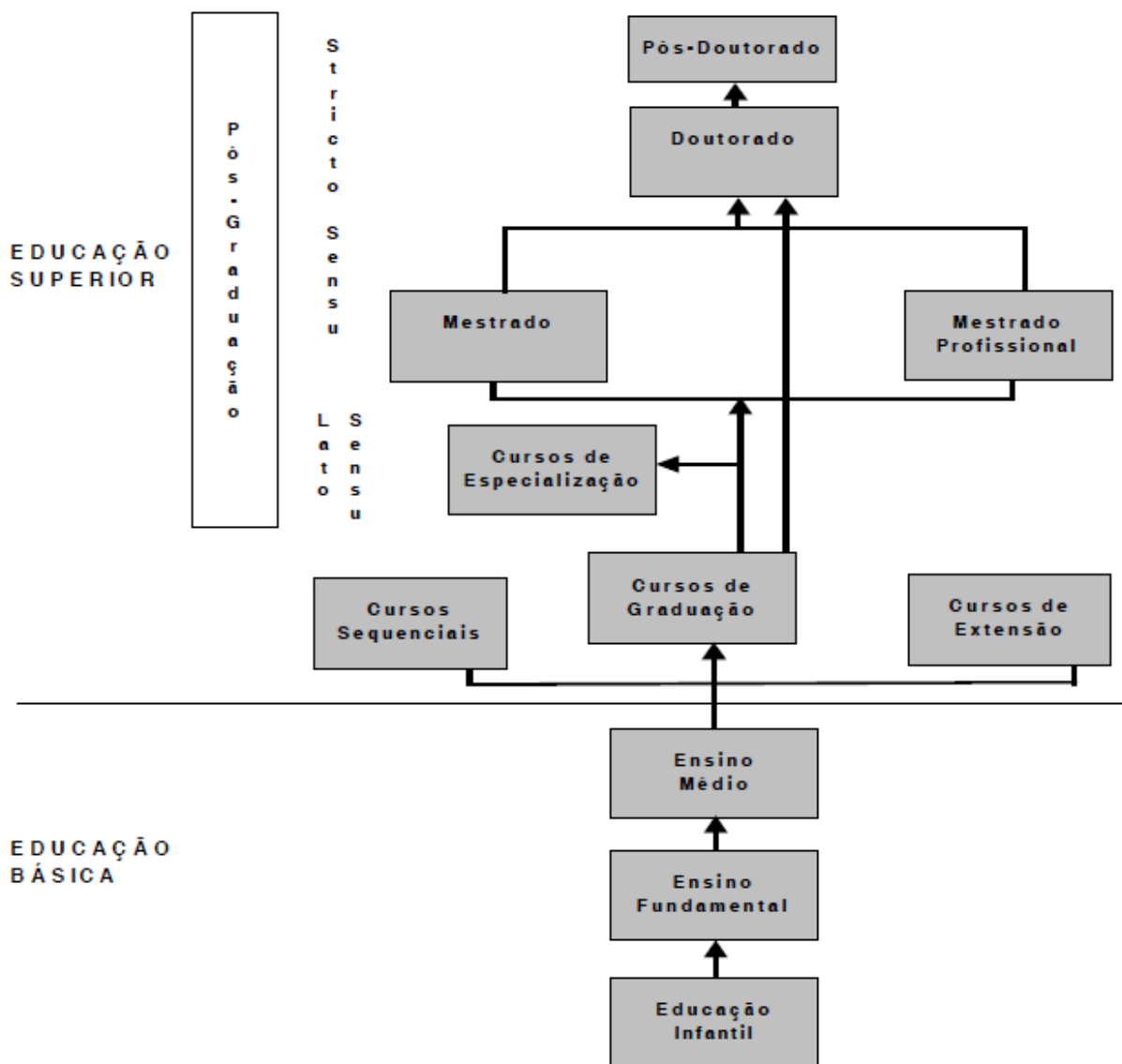


Figura 1 - Fonte: *A Educação Superior no Brasil*, p. 40

O que regula o sistema de educação no Brasil são os princípios estabelecidos pela Constituição, entretanto o sistema foi redefinido pela nova **Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN)**, **Lei nº 9.394/96**, acrescida de um conjunto amplo de **Decretos, Regulamentos e Portarias complementares**. Nesta nova lei ficaram estabelecidos os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades.

A principal característica dessa reforma foi a divisão em níveis escolares: Educação Básica e Educação Superior. A reforma preconizava o ensino superior ministrado em

# BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados como instituições de direito público ou privado. No entanto, na década de 1970, ocorre o contrário, a expansão do sistema de ensino superior, com o aumento do número das instituições privadas.

A organização acadêmica das instituições de educação superior no Brasil está caracterizada como plano vertical redefinida pela LDBN, Lei nº 9.394/96, conforme esquema abaixo:

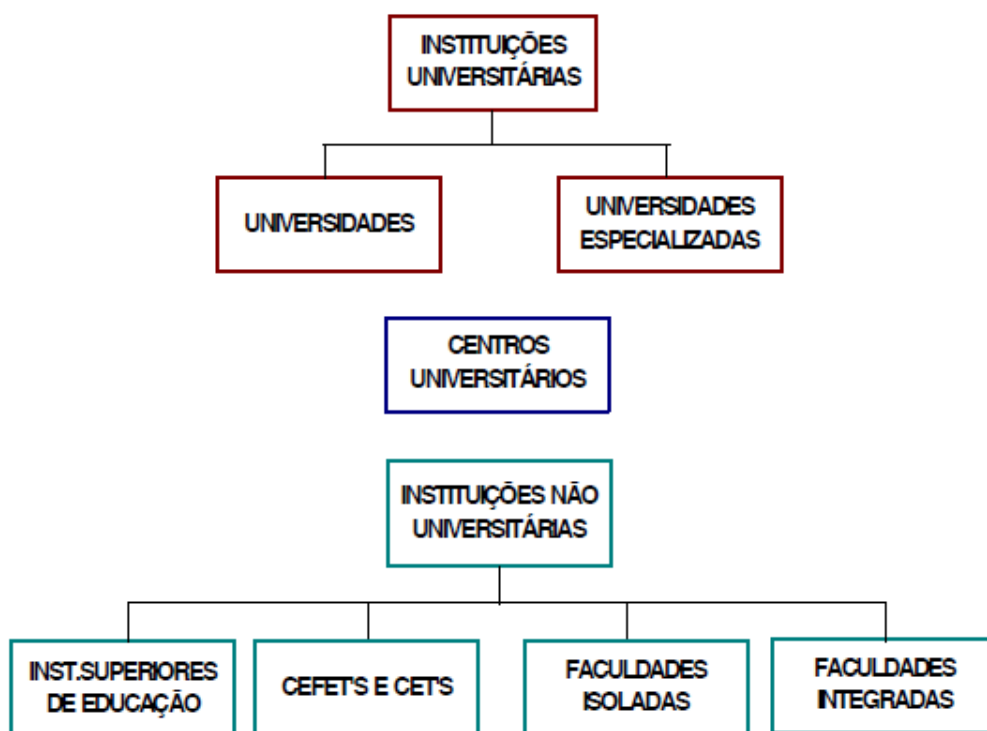


Figura 2 – Fonte: A Educação Superior no Brasil, p. 43

## Tipologia das Instituições de Educação Superior no Brasil

A tipologia das instituições de educação superior no Brasil redefinida pela LDBN, Lei nº 9.394/96, está assim classificada:

- **Autônomas:** prerrogativa da Constituição Federal para as universidades públicas e privadas. Essa autonomia ainda não é realidade para as públicas, exceção para algumas estaduais. Na esfera privada essa autonomia é garantida por contar com recursos próprios.

# BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

- **Empresariais:** exclusividade entre as instituições privadas, em função da especificidade da instituição mantenedora, isto é, mantidas por grupos ou empresários como instituições lucrativas.
- **Religiosas:** são as denominadas confessionais cuja vínculo é uma diocese ou ordem religiosa (Jesuíta, Salesiana, Marista, etc.), ou ainda, uma denominação religiosa (Luterana, Metodista, etc.).
- **Técnicas:** são as especializadas estruturadas com ênfase nas áreas de engenharia e tecnológicas. Além disso, possuem oferta concentrada nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S) e nos Centros de Educação Tecnológica (CET'S).
- **Militares:** São os institutos ligados ao exército brasileiro e à aeronáutica.

## Alguns Dados da Educação Superior 2014

Em 2014, 32.878 cursos de graduação foram ofertados em 2.368 instituições de educação superior no Brasil. Destas instituições 87,45% são privadas e 8,2% são Universidades que detém 53,2% do número de matriculados.

Gráfico 1. Percentual de instituições de educação superior por categoria administrativa Brasil – 2014

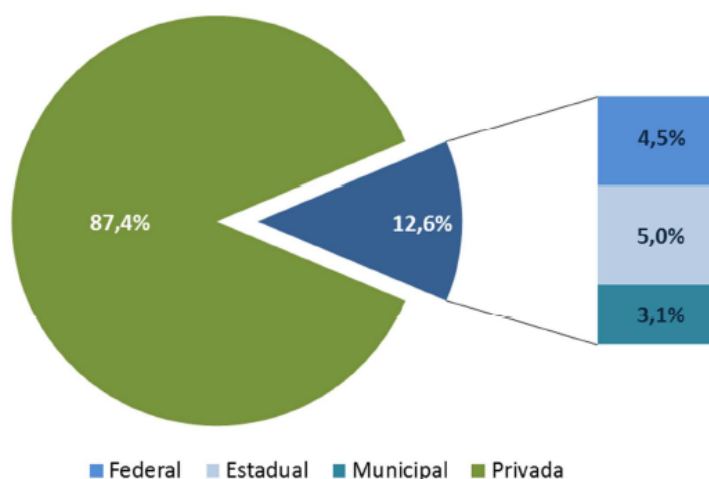


Figura 3 - Fonte: Censo da Educação Superior 2014- Notas Estatísticas, p. 3



# BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Tabela 1. Número de instituições de educação superior e número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica – Brasil - 2014

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas de Graduação	
	Total	%	Total	%
<b>Total</b>	<b>2.368</b>	<b>100,0</b>	<b>7.828.013</b>	<b>100,0</b>
<b>Universidades</b>	195	8,2	4.167.059	53,2
<b>Centros Universitários</b>	147	6,2	1.293.795	16,5
<b>Faculdades</b>	1.986	83,9	2.235.197	28,6
<b>IFs e Cefets</b>	40	1,7	131.962	1,7

Figura 4 - Fonte: Censo da Educação Superior 2014- Notas Estatísticas, p. 3

## Regimento Institucional

“Regimento interno é um conjunto de regras estabelecidas por um grupo para regulamentar o seu funcionamento. Podendo ser usado em diversas atividades, nos mais variados campos, seja do Poder Público, seja na iniciativa privada, tem uma importância bastante destacada nos tribunais.”

([https://pt.wikipedia.org/wiki/Regimento\\_interno](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regimento_interno))

### Instância do Regimento

“O regimento de qualquer IES (Universidades, Centros Universitários e Faculdades) deve especificar que, das deliberações de seus colegiados superiores, não caberá recurso ao Ministério da Educação (MEC) ou ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A instância administrativa encerra-se no âmbito da própria Instituição de Ensino Superior (IES). O regimento das IES devem prever os direitos e deveres relativos à comunidade acadêmica e dispor sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC); e ambos o regimento e o PPC devem ser disponibilizados pela IES.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Os estabelecimentos de ensino não universitários devem, em um único documento, denominado **regimento**, dispor sobre suas características institucionais, sua estrutura organizacional, seu relacionamento com o ente mantenedor, e sua operacionalidade acadêmica, de acordo com a Lei nº 9.131/1995. Tais regimentos estão sujeitos à aprovação pelo poder público na ocasião da expedição dos atos autorizativos de credenciamento e reconhecimentos.

Questões que devem ser resolvidas diretamente na instituição de ensino:

- pendências de disciplinas;
- critérios de avaliação;
- aproveitamento de estudos;

## REGIMENTO INSTITUCIONAL

- normas e procedimentos de Trabalho de Conclusão de Curso (obrigatoriedade prevista pela diretriz curricular do curso);
- trancamento;
- atividades complementares;
- estágio supervisionado;
- provas substitutivas;
- revisão de provas; e
- discordância de aproveitamento de estudos.

Estas questões citadas devem ser explicitadas no regimento que deve conter direitos e deveres relativos à comunidade acadêmica, bem como dispõe sobre o projeto pedagógico do de curso. Tais documentos devem ser disponibilizados pela instituição de ensino.

## Plano de Desenvolvimento Institucional

“O **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI** – consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as **estratégias** para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da Instituição de Educação Superior - IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI)”. (Fonte: [http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form\\_PDI.htm](http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm))

### Abrangência do PDI

“§ 5º A Comissão de Avaliação, na realização da visita in loco, aferirá a exatidão dos dados informados pela instituição, com especial atenção ao PDI, quando se tratar de avaliação institucional, ou PPC, quando se tratar de avaliação de curso.” (PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007)

O PDI equivale ao Plano Diretor ou ao Plano de Negócio das organizações civis. Trata-se do plano principal da Instituição e nele estão previstas as ações para o período de sua vigência (5 anos). Este documento é a bússola da Instituição, por isso deve ser bem organizado e produzido, a fim de se obter o melhor desempenho.

**É o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Ele norteia os rumos e toda a ação e avaliação da instituição.**

## Eixos Temáticos Essenciais do PDI<sup>1</sup>

### I. Perfil Institucional

- Breve Histórico da IES;
- Missão;
- Objetivos e Metas (Descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma);
- Área (s) de atuação acadêmica.

### II. Projeto Pedagógico Institucional – PPI

- Inserção regional;
- Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição;
- Organização didático-pedagógica da instituição:
  - Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:
    - 1) Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares;
    - 2) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular;
    - 3) Atividades práticas e estágio;
    - 4) Desenvolvimento de materiais pedagógicos;
    - 5) Incorporação de avanços tecnológicos.
- Políticas de Ensino;
- Políticas de Extensão;
- Políticas de Pesquisa (para IES que se propõem desenvolver essas atividades acadêmicas);
- Políticas de Gestão;
- Responsabilidade Social da IES (ênfase na contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região).

### III. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (Presencial e a Distância)

#### Oferta de Cursos

As Instituições deverão apresentar dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos. Informar ainda a situação atual dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI conforme detalhamento a seguir:

- Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia);
- Sequenciais (formação específica, complementação de estudos);

<sup>1</sup> Cf. <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>, acesso em: 30/01/2017.

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- Programas Especiais de Formação Pedagógica;
- Pós-Graduação (lato sensu);
- Pós-Graduação (stricto sensu);
- Pólos de EAD (atender Portaria Normativa nº 2 de 10 de janeiro de 2007);
- Campi e cursos fora de sede.

## IV. Perfil do Corpo Docente

- Composição (titulação, regime de trabalho, experiência acadêmica no magistério superior e experiência profissional não acadêmica);
- Plano de Carreira;
- Critérios de seleção e contratação;
- Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro;
- Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, com perfil do existente e pretendido para o período de vigência do PDI.

## V. Organização Administrativa da IES

- Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico.
- Órgãos Colegiados: competências e composição.
- Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.

## VI. Políticas de Atendimento aos Discentes

- Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas).
- Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico).
- Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil).
- Acompanhamento dos egressos.

## VII. Infraestrutura

- Infraestrutura física (detalhar salas de aula, biblioteca, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenações, área de lazer e outros);
- Biblioteca:
  - Quantificar acervo por área de conhecimento (livros e periódicos, assinatura de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários, enciclopédias, vídeos, DVD, CD Rom's e assinaturas eletrônicas);
  - Espaço físico para estudos;
  - Horário de funcionamento;
  - Pessoal técnico-administrativo;
  - Serviços oferecidos;
  - Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo.
- Laboratórios:
  - Instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, indicando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos;
  - Recursos de informática disponíveis;

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- Relação equipamento/aluno;
- Descrição de inovações tecnológicas significativas.
- Recursos tecnológicos e de áudio visual.
- Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/04 e Decreto nº 5.773/06).
- Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI.

## VIII. Avaliação e acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

- Procedimentos de auto avaliação institucional em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES).

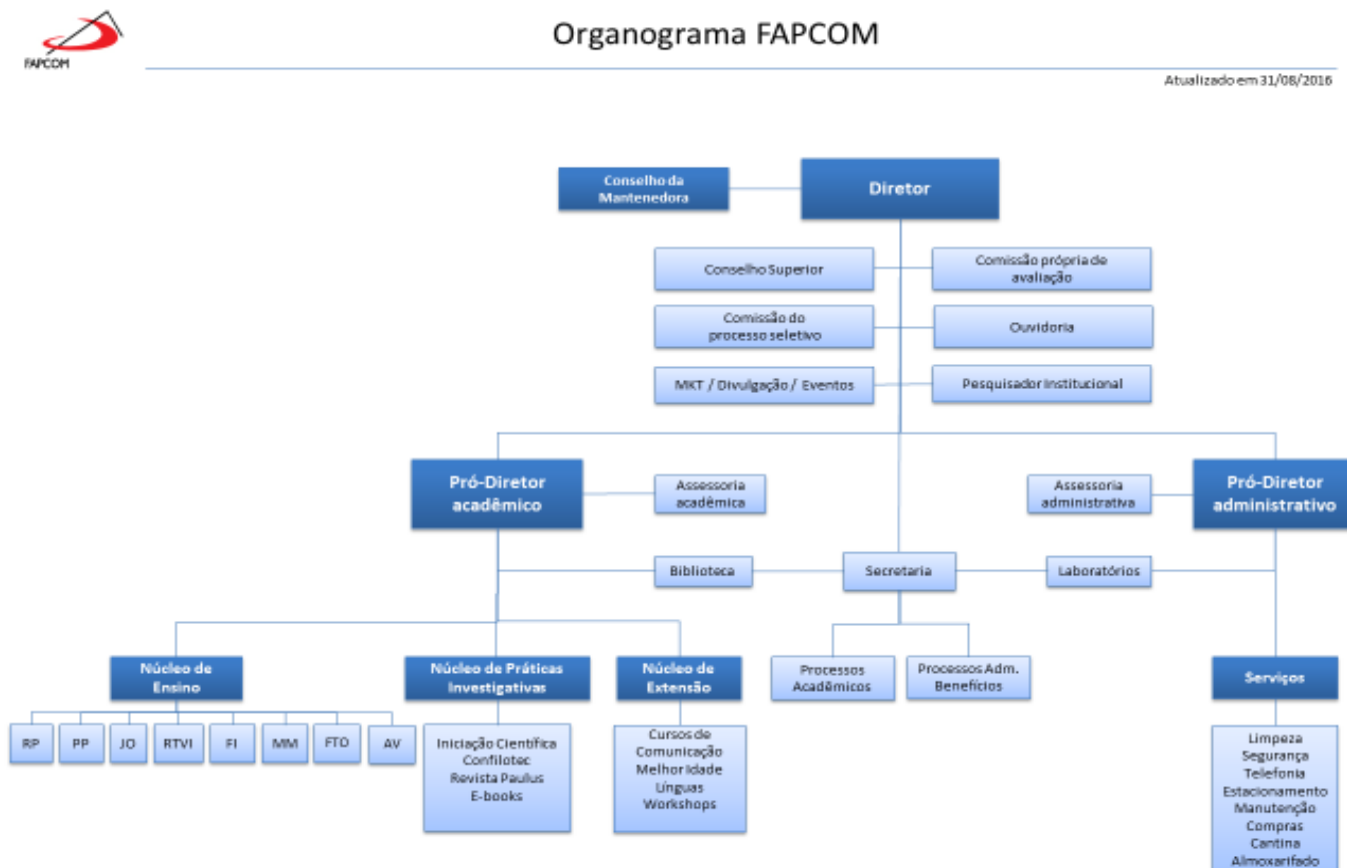
## IX. Aspectos Financeiros e Orçamentários

- Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI:
  - Estratégia de gestão econômico-financeira;
  - Planos de investimentos;
  - Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos).

## X. Anexos

- Projeto pedagógico dos cursos solicitados para primeiro ano de vigência do PDI.

## Organograma da FAPCOM



## Organização Acadêmica

A organização acadêmica das instituições de ensino superior segue a estrutura em funcionamento definidos e regidos por um conjunto de normas e dispositivos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), e também pela Lei nº 9.135/95, que criou o Conselho Nacional de Educação, além de vários outros Decretos, Portarias e Resoluções.

### Principais Dispositivos Regulamentadores

O capítulo II do DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, traz na sua seção I a regulamentação dos atos autorizativos.

Atos autorizativos	
<b>Credenciamento</b> Solicitado junto ao MEC para iniciar as atividades da IES (faculdades, centros universitários e universidades).	<b>Red credenciamento</b> Solicitado pela IES ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES (5, 4 ou 3 anos para IES nota 5, 4 ou 3).
<b>Autorização</b> Para iniciar a oferta de um curso de graduação, a IES depende de autorização do Ministério da Educação. Exceção são as universidades e centros universitários que tem autonomia, mas devem comunicar os cursos abertos.	<b>Reconhecimento</b> Solicitado pela IES quando o curso de graduação completar 50% de sua carga horária.
<b>Vagas autorizadas</b> Número de lugares destinados ao ingresso de novos estudantes.	<b>Renovação de Reconhecimento</b> Solicitada pela IES ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES.

A cada uma das modalidades de oferta de ensino superior (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores), incluindo cursos fora da sede e de educação a distância, correspondem normas para autorização de funcionamento, reconhecimento, credenciamento e outras, estabelecidas em legislação específica.



## Exemplo de variações na legislação educacional

Principais dispositivos regulamentados pelos decretos, portarias e resoluções do ensino superior

Dispositivos	Decretos e portarias
Procedimentos e critérios para autorização e reconhecimento de cursos (dentro e fora da sede)	Decretos nºs 2.406/97 e 3.860/01 e Portarias nºs 612/99, 639/97, 640/97, 641/97, 752/97, 80/97, 877/97, 946/97, 971/97, 1.679/99, 2.175/97, 2.297/98 e 2.402/01
Procedimentos e critérios para credenciamento e recredenciamento de IES	Decreto nº 3.860/01 e Portarias nºs 302/98, 637/97, 639/97, 640/97, 752/97, 946/97, 1.679/99, 2.040/97, 2.041/97 e 2.297/98; Resolução CES/CNE nº 10/02
Procedimentos operacionais para avaliação dos cursos, programas e o desempenho individual de IES e órgãos responsáveis.	Decretos nºs 2.406/97 e 3.860/01 e Portarias nºs 302/98, 972/97 e 2.297/98
Organização do Ensino Superior (Natureza jurídica, acadêmica e mantenedoras das IES)	Decretos nºs 2.406/97 e 3.860/01 e Portarias 2.040/97 e 2.041/97
Entidades Mantenedoras das IES	Decreto nº 3.860/01

Figura 5 - Principais dispositivos regulamentadores do Ensino Superior. Fonte: A Educação Superior no Brasil. P. 60.

Observando a figura 5, com coleta elaborada em 2002, ao consultar o decreto 3.860/01 ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3860.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3860.htm)), constata-se inúmeras modificações e sua revogação em 2006 pelo decreto 5.773/06, ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79)). Ao consultar também esse decreto se verifica outras tantas modificações e revogações em 2007 e 2016.

Essas modificações constantes na legislação brasileira sinalizam para a necessidade constante de atualização e revisão de processos e documentos institucionais. A IES torna-se assim o *locus* no qual os gestores devem estar atentos a essas modificações para manter a regularizada e atendendo aos requisitos.

## Plano Pedagógico de Curso – PPC

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento que reúne a concepção do curso, os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, os princípios educacionais norteadores de todas as ações adotadas no processo de ensino-aprendizagem de cada curso de Graduação. O PPC deve ainda respeitar as

diretrizes da LDBN, Lei nº 9.394/96, bem como, possíveis normativas que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em questão.

## Eixos temáticos do Plano Pedagógico de Curso - PPC<sup>2</sup>

### APRESENTAÇÃO

#### 1. DA MANTENEDORA

#### 2. DA MANTIDA: FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

##### 2.1 Histórico Institucional da FAPCOM

##### 2.2 PERFIL INSTITUCIONAL

##### 2.3 Missão, Visão e Valores

##### 2.4 REFERENCIAIS EPISTEMOLÓGICOS E EDUCACIONAIS.

##### 2.5 INDICADORES DE QUALIDADE

##### 2.6 INSERÇÃO REGIONAL

#### 3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO: ENSINO, PRÁTICAS INVESTIGATIVAS E EXTENSÃO.

##### 3.1 ENSINO

##### 3.1 PRÁTICAS INVESTIGATIVAS

##### 3.2 EXTENSÃO

#### 4. BACHARELADO EM FILOSOFIA

##### 4.1. Contexto Educacional

##### 4.2 BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO

##### 4.3 Concepção do Curso

##### 4.4 Objetivos Gerais

##### 4.5 Perfil do Egresso

##### 4.6. REGIME ACADÊMICO

##### 4.7. CARGA HORÁRIA

##### 4.9. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

#### 5. MATRIZ CURRICULAR

##### 5.1 Eixos de formação

##### 5.2 TEMPORALIZAÇÃO DISCIPLINAR

##### 5.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação

##### 5.5. Flexibilização Curricular

##### 5.6 Ementário, Bibliografia Básica, Complementar Regular

##### 5.7 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS E INDEXADOS

#### 6. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

##### 6.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

##### 6.2 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

##### 6.3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

##### 6.4 LIBRAS

##### 6.5. ACESSIBILIDADE

#### 7. ELEMENTOS CURRICULARES E PROCESSOS DO CURSO

##### 7.1 Estágio Profissional

##### 7.2 Trabalho de Conclusão de Curso

##### 7.3 Atividades acadêmico-científico-culturais

#### 8. METODOLOGIA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

##### 8.1 Mecanismos de Nivelamento

#### 9. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

#### 10. CONVÊNIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

---

<sup>2</sup> Eixos do Plano Pedagógico do Curso de Filosofia da FAPCOM.

## **11. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO**

## **12. PÓS GRADUAÇÃO LATO-SENSU**

## **13. CORPO DOCENTE**

13.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE

13.3. Colegiado de curso

13.4 Perfil do corpo docente

13.5 Titulação

13.7 Produção Científica, Técnica e Profissional

14. Apoio aos Discentes

14.1 Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Aprendizagem

14.2 programas de apoio à realização de eventos internos, externos

14.3 Políticas de Bolsas de Estudo

14.4. Acesso à Tecnologia da Informação

14.5 Ouvidoria

## **15. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO**

15.1. Ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso

## **16. REGISTRO ACADÊMICO**

## **17. A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACADEMICAS SOBRE O CURSO**

**(PORTARIA NORMATIVA N° 40)**

## **18. Infraestrutura**

18.1 Infraestrutura da Instituição

18.2 Instalações Físicas Gerais

18.3 Sala de professores e reuniões

18.4 Gabinete de trabalho para professores

18.5 Salas de aula

18.6 Laboratórios Especializados

18.7 Laboratórios de Informática

18.8 Estúdios

## **19. BIBLIOTECA**

19.1 Espaço Físico

19.2 Instalações para acervo

19.3 Instalações para estudo individual

19.4 Instalações para estudo em grupo

19.5 Horário de funcionamento

19.6 Serviço de acesso ao acervo

19.7 Apoio para elaboração dos trabalhos acadêmicos

19.8 Políticas de aquisição, expansão e atualização

19.9 Política de compra

## **20. ANEXOS**

ANEXO II - REGULAMENTO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ANEXO III - REGULAMENTO DE MONITORIA

ANEXO IV – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (FLUXOS E PROCESSOS DOCUMENTADOS)

ANEXO V- REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (FLUXOS E PROCESSOS DOCUMENTADOS)

ANEXO VI –PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

ANEXO VII – REGULAMENTO DE LABORATÓRIOS

ANEXO VIII – REGULAMENTO DE ESTUDIOS

ANEXO IX - REGULAMENTO BIBLIOTECA

ANEXO X - ATOS AUTORIZATIVO

## Infraestrutura e Administrativo

A infraestrutura e a gestão são pontos importantes a serem observados na instituição. Além de influenciar na percepção de valor por parte dos discentes, estes itens são relevantes nos processos de avaliação externa.

Quando se pensa a infraestrutura para funcionamento faz-se necessário atender a essas duas demandas essenciais. O bom funcionamento passa pelas necessidades de atendimento dos discentes e devem contemplar a avaliação externa do Ministério da Educação. A avaliação externa influencia diretamente o momento de decisão do candidato pela escolha da instituição.

### Categorias e Subcategorias do Conceito Preliminar de Curso (CPC)

Como ponto de partida para a organização de uma boa infraestrutura é importante identificar os itens utilizados como indicadores pelos órgãos responsáveis pela avaliação institucional. Atender os pré-requisitos e ir além, de forma planejada, pode ser um diferencial da instituição.

Como dito anteriormente o planejamento deve contemplar percepção de valor e avaliação externa. Observando esses dois balizadores evita-se investimentos desnecessários ou não direcionados para resultados satisfatórios do ponto de vista de percepção de qualidade da instituição.

**QUADRO 1** CPC 1 E 2 = CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISES

(continua)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
A – Justificativas Gerais	Justificativas com propostas de melhorias Justificativas com apresentação de fatores extracurso Justificativas no âmbito do curso sem indicação de melhorias
B – Organização Didático-pedagógica	Organização didático-pedagógica Melhorias Relação teoria e prática Eventos acadêmicos e científicos Cursos de extensão e produção científica Cursos de nivelamento Enade
C – Corpo Docente	Regime de trabalho docente Titulação docente Capacitação docente

(conclusão)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
D – Infraestrutura	Infraestrutura física Biblioteca Laboratórios Equipamentos Acessibilidade
E – Gestão	Autoavaliação Gestão acadêmica do curso Gestão institucional (IES)

Figura 6 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, p. 79-80

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), ao elaborar a caracterização dos cursos de graduação, na análise do Conceito Preliminar de Curso, observa as categorias e subcategorias conforme a Figura 6. Dessa forma, esses são itens essenciais para constar do planejamento da instituição.

## Infraestrutura Física

É considerada infraestrutura toda a instalação física dedicada ao funcionamento da instituição. Nas avaliações são observados todos os ambientes desde os espaços de pátio e convivência até banheiros e salas de aulas. São verificados aspectos como: acessibilidade ou barreiras físicas, limpeza e organização, iluminação, ventilação e demais características de funcionalidade e comodidade.

Outros ambientes mais especializados e relevantes para o processo de aprendizagem, além de ser considerados os aspectos já citados, incluem-se outras análises mais particularizadas.

## Biblioteca

O espaço da biblioteca é considerado extremamente importante para o processo de ensino-aprendizagem. Para a organização da biblioteca existem regras e diretrizes específicas do MEC. Importante ressaltar que o planejamento para o processo de credenciamento e recredenciamento, o Art. 16 do DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE

MAIO DE 2006, que trata das fases do credenciamento, na alínea VII, cita: “infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:”, inciso a) “com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;”

Existe especificidade quanto ao número de exemplares da bibliografia básica e complementar por aluno matriculado, bem como, avaliação do acervo na área de conhecimento do curso, além de exigência de política e orçamento de atualização e expansão do acervo.

Nas visitas institucionais *in loco* são avaliados os seguintes itens: acervo, apoio acadêmico, espaço físico, equipamento e recursos eletrônicos, acessibilidade, equipe.

### Laboratórios e estúdios

Os laboratórios são essenciais e necessários para os cursos de comunicação. Cada vez mais se requer articulação entre teoria e prática. Os espaços laboratoriais com recursos de tecnologia avançada são muito utilizados em aulas e em projetos experimentais.

Neste sentido, os laboratórios precisam ser bem planejados e dimensionados, pois para implantá-los e mantê-los é necessário alto investimento, tanto em equipamentos quanto em softwares. Os laboratórios de informática, por exemplo, necessitam do pacote *Adobe*, que atualmente tem licenciamento *Creative Cloud*, com custo de aproximadamente 2 mil dólares por equipamento/ano.

Para oferecer suporte aos cursos de comunicação são necessários laboratórios de informática, estúdios de áudio, TV, fotografia e pós-produção. Essa relação pode sofrer variar dependendo dos tipos de cursos oferecidos.

## Equipamentos

Os cursos de comunicação requerem equipamentos cujo investimento é elevado e com tecnologia que, avança rapidamente. A obsolescência, portanto, é notada em poucos anos e, com isso, a percepção de valor, nestes itens, pode ficar comprometida.

Para amenizar os impactos da obsolescência faz-se necessário incluir no planejamento os ciclos de atualizações de laboratórios e estúdios. Os de informática tem um ciclo entre 3 e 4 anos para equipamentos e, anualmente, os softwares. Os de rádio e TV entre 8 e 10, os equipamentos e, em média 2 e 3 anos, os softwares. Os de fotografia entre 5 e 6 anos os equipamentos.

Além dos ciclos de atualizações os estúdios e laboratórios exigem orçamento a cada ano para reposição e manutenção. A reposição pode acontecer em função de possível aumento de demanda em novos períodos letivos e a manutenção por conta de desgastes pelo uso.

## Gestão Institucional

A gestão da Instituição de Ensino Superior possui caráter colegiado. Esta orientação é diretriz do Ministério da Educação. Com isso, é condição para uma boa gestão, a elaboração de organograma e definição de Missão, Visão e Valores institucionais de forma colegiada com a participação dos principais gestores. Além disso, para boa assimilação é fundamental a divulgação entre a comunidade acadêmica – discentes, docentes e equipe técnico administrativa, etc.

Para fluidez na gestão institucional e nos processos administrativos faz-se necessário construir e implementar políticas de gestão. Elas serão as diretrizes orientadoras num ambiente muito diversificado, tanto de pessoas quanto de capacitação e competências.

Entendendo políticas como o conjunto de orientações desenvolvidas a fim de proporcionar a realização do Regimento e do Plano de Desenvolvimento Institucional, elas na verdade são as diretrizes para os principais atores da instituição. Uma espécie de “como” devem ser operacionalizadas as normas regimentais.

As principais políticas pertencem ao grupo: de gestão, de formação e capacitação, de registro e documentação, de planejamento e sustentabilidade financeira, e por fim, o de quadro de carreira.

## Avaliação Institucional

A Avaliação das Instituições de Educação Superior é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e está relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional se divide em duas modalidades:

**Autoavaliação** – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

**Avaliação externa** – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. (INEP, 2015)

Os avaliadores externos ao realizar as visitas de verificação *in loco*, averiguam as seguintes dimensões:



# INFRAESTRUTURA E ADMINISTRATIVO

TABELA DE PESOS  
Quadro dos pesos das dimensões

Dimensão	Quantidade de indicadores	Pesos
1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional	2	5
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	7	35
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	4	5
4. A comunicação com a sociedade.	3	5
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	6	20
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	4	5
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	5	10
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	3	5
9. Políticas de atendimento aos estudantes	4	5
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	3	5

Figura 7 - Instrumento de Avaliação Externa, p. 18

## Bibliografia

(BRASIL), I. N. D. E. E. P. E. A. T. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília: Inep, v. 5, 2015.

**Unsupported source type (DocumentFromInternetSite) for source Mino6.**

INEP. Avaliação Institucional. **INEP - MEC**, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/avaliacao-institucional>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)** >. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007**, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_port40.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port40.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional. **http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html**, 2007. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas**. INEP. Brasília, p. 14. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Brasília. 2016.

PORTAL BRASIL. Educação. **Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

SOARES, M. S. A. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC – Unesco, 2002.